



Ministério do Trabalho e Emprego  
Assessoria Especial de Controle Interno

## ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança Estratégica - CGE do  
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

2ª Reunião Ordinária - RO

Aos 23 dias do mês de maio do ano de 2024, às 10h00, o Comitê de Governança Estratégica - CGE do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE realizou a 2ª reunião ordinária que aconteceu na sala de reunião do 4º Andar do edifício sede do Ministério do Trabalho e Emprego -MTE. Estando presentes os membros: Secretário Executivo, que presidiu a reunião, haja vista agenda externa do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Secretária Executiva Adjunta Substituta, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Secretário da Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretário da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, Secretário da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, Secretário da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, Fundacentro (online), Consultor Jurídico, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Executiva, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva, Diretor de Gestão de Pessoas da Secretaria-Executiva, Ouvidor, Corregedor, Subsecretária de Análise Técnica da Secretaria Executiva, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Especial, Assistente Técnico da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Chefe de Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho, Chefe de Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento – Substituto e Chefe de Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade.

A abertura da 2ª Reunião do CGE foi realizada pelo Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Senhor Francisco Macena, que informou sobre a ausência do Senhor Ministro em virtude de agenda externa e que não falaria inicialmente, passando a palavra ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), Senhor Cláudio Py, que informou seriam tratados oito temas na reunião e que o início seria com a apresentação das entregas da Secretaria de Inspeção do trabalho, conforme combinado na 1ª Reunião do CGE.

O Secretário da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), Senhor Luiz Felipe, iniciou falando da estrutura da SIT, com os Departamentos de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST) e de Fiscalização do Trabalho (DEFIT), explanando sobre as atividades de cada área. Explicou que a DSST se preocupa com a segurança e a saúde do trabalhador e vai verificar o ambiente de trabalho, se é seguro, vai olhar as condições de trabalho para cuidar da saúde e evitar acidentes para o trabalhador. Explicou sobre a Comissão Nacional Tripartite Paritária, que discute sobre temas referentes à segurança e à saúde no trabalhador, em especial as Normas regulamentares. Discorreu também sobre a certificação de Equipamentos de Proteção Individual. Apresentou os resultados da DSST sobre ações fiscais diretas em segurança e saúde, com redução de riscos, sendo 6.080 ações em 2023 e 1.153 no primeiro trimestre de 2024, correspondendo a 17% da meta para 2024. Ainda apresentou os resultados de acidentes ou doenças do trabalho graves ou fatais analisados, sendo 1.281 em 2023 e 253 no primeiro trimestre de 2024 (18% da meta para 2024). Citou a Campanha de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT), que é anual. Após citou o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas, que trata, nas escolas, dos cuidados com a segurança e a saúde dos trabalhadores. Em

seguida esclareceu que a DEFIT tem diversas ações, que tratam de trabalho decente, informalidade, jornada de trabalho, trabalhadores domésticos, com PCD, trabalho escravo, entre outros. Citou o FGTS digital, entregue em março/2024, que é um trabalhocomplexo, desafiador e que vai facilitar as informações para empresas e os trabalhadores. Apresentou os resultados do DEFIT: ações fiscais de combate ao trabalho análogo ao de escravo e ao tráfico de pessoas, com 1.583 ações em 2023 e 213 no primeiro trimestre de 2024 (43% da meta); ambientes de trabalho fiscalizados com vistas ao combate à discriminação, assédio e violência, com 2.767 ações em 2023 e 394 no primeiro trimestre de 2024 (15% da meta para 2024); crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho infantil em fiscalizações diretas, com 2.364 ações em 2023 e 219 no primeiro trimestre de 2024 (9% da meta para 2024); valor global de arrecadação do FGTS – 175,4 bilhões de R\$ em 2023 e R\$ 49,3 bilhões no primeiro trimestre de 2024 (27% da meta); índice de promoção da formalização do vínculo de emprego, inclusive no trabalho doméstico, sendo 256.083 em 2023 (169 mil irregulares e 43 mil formalizados), e 37.775 no primeiro trimestre de 2024 (16% da meta); pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social incluídos no mercado de trabalho pela inspeção do trabalho – 31.639 pessoas em 2023 e 6.238 no primeiro trimestre de 2024 (20% da meta); ações fiscais para verificação de acessibilidade nos ambientes de trabalho, com 187 ações em 2023 e 25 no primeiro trimestre de 2024 (21% da meta); e aprendizes inseridos no mercado de trabalho pela inspeção do trabalho, sendo 87.831 em 2023 e 17.947 no primeiro trimestre de 2024 (15% da meta). Sobre as ações em relação ao trabalho decente e ao trabalho doméstico são relativamente novos e que na SIT estão aprendendo como agir. Discorreu ainda sobre o trabalho doméstico como importante e desafiador, haja vista necessidade de estratégia para a fiscalização por conta da inviolabilidade do lar, necessitando de autorização judicial para acesso aos domicílios. Tornou a comentar sobre o FGTS digital, entregue em março/2024, que antes era todo feito pela CAIXA e que boa parte já foi repassado para o MTE, e que vai facilitar as informações para empresas e os trabalhadores, informando ainda que o aplicativo é mais barato e eficiente que quando sob supervisão da CAIXA, permitindo ao trabalhador e às empresas conhecer melhor e mais rapidamente os lançamentos nas contas vinculadas. Citou o DET – Domicílio Eletrônico Trabalhista, semelhante ao e-CAC da Receita, em que as empresas são obrigadas a cadastrar e-mail, para que as notificações às empresas não mais sejam enviadas pelos CORREIOS, mas sim por meio eletrônico, que é considerado um canal oficial e mais barato e mais eficiente. Discorreu sobre o Programa Trabalho Sustentável (PTS), que está iniciando de forma devagar e que serve para o diálogo social, visando orientar e achar soluções para problemas trabalhistas em conjunto, informando que esta ação não é restrita à SIT, mas envolve todo o MTE, trazendo um ganho que é a aproximação das cadeias produtivas e da classe trabalhadora e empresariado. A seguir explanou sobre a Coordenação-Geral de Recursos, que é o contencioso e revisa os autos de infração, cujo objetivo é liquidar os processos físicos e trabalhar com processos eletrônicos, diminuindo o prazo médio das análises de 625 dias para 492 dias (meta para 2024) nos processos administrativos em contencioso de 1ª instância e diminuindo o prazo médio das análises de 323 dias para 193 dias (meta para 2024) nos processos administrativos em contencioso de 2ª instância. Citou a Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (ENIT), que cuidava inicialmente da capacitação constante dos Auditores e que há uma possibilidade de estender cursos para pessoas que trabalham em atividades trabalhistas, tipo CIP e outras semelhantes. Por fim, discorreu sobre o grande desafio da inspeção do trabalho, que é estar mais presente no “chão de fábrica”, local em que as coisas acontecem. Ressaltou que a tecnologia é importante, mas que é necessário conhecer o “chão de fábrica” e que os auditores precisam ficar mais tempo nas empresas, não apenas para lavrar auto de infração, mas também para solucionar problemas. Abriu a fase de perguntas e o Secretário-Executivo perguntou, para a SIT e as outras Secretarias, quais as maiores dificuldades da SIT e o que precisa ser enfrentado, sugerindo então que todas as Secretarias do MTE, quando promoverem seminários de qualificação interna, que o façam em conjunto com as outras secretarias quando houver alguma interface, inclusive na fase de planejamento destas atividades, pois isso gera sinergia para equalização dos recursos e socialização do conhecimento, tornando isto uma prática no MTE. E que isto deve ser estendido aos Superintendentes. Sobre as dificuldades da SIT, o Secretário da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), Senhor Luiz Felipe, informou que tem dificuldades estruturais, que embora existam, não são ideais, o que é uma realidade do MTE. Esclareceu que a maior dificuldade está em questões culturais dentro da inspeção de trabalho, que está tentando mudar isso, mas que não se muda de uma hora para outra, o que mostra a importância do ingresso dos novos auditores, que precisam ser capacitados para mudar essa cultura atual.

O Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor André Segantin, fez uma consideração sobre um tema relevante, que é o assédio e sugeriu ações para explicitar às servidoras sobre o assédio moral no trabalho, criando algo semelhante ao ZAP DO CUIDADO, que poderia ter o ZAP DO ASSÉDIO, afirmando que o MTE não pode pactuar com o assédio. O Ouvidor, Senhor Paulo Marcello,

informou que há diálogo com a Assessoria Especial de Controle Interno e a Corregedoria para combate ao assédio moral, em que as pessoas podem conversar tanto na Ouvidoria quanto na Comissão de Ética ou na AECI. Retomando a palavra, o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor André Segantin, ressaltou que uma mulher que se sente assediada não vai conversar com Corregedor, com o Ouvidor, que a mulher tem que ter um canal para denunciar, de mulher para mulher. A Diretora de Programa da Secretaria-Executiva, Luciana Nakamura, informou a existência de um Grupo Técnico no MTE, que trata do assunto em tela. Informou que o Grupo é bastante denso e é composto por mulheres e se reúne todas as quartas-feiras e que vai se reunir com a AECI e outras áreas para definir um canal e ambiente acolhedor para resolver o problema de denúncias de assédio moral. A Chefe da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Senhora Anatalina, informou da existência do Grupo de Sororidade e que é preciso entender que o assédio moral é uma pauta de todos, não sendo só da parte feminina, e que o espaço de trabalho tem que ser saudável. Que ninguém possa impor qualquer situação constrangedora para qualquer pessoa. O Consultor Jurídico, Senhor Ricardo Panquestor, informou que algumas pessoas utilizam a ideia do assédio de forma errada, e que existem dúvidas sobre em que momento se define o assédio ou outra de manifestação e sugeriu aproveitar a ENIT para que seja utilizada para estudos na melhoria dos ambientes. Retomando a palavra, a Diretora de Programa da Secretaria-Executiva, Luciana Nakamura, ressaltou a necessidade de capacitação para os servidores entender e diferenciar o que é ou não assédio. Por fim, sobre este assunto, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Senhor Cláudio Py discorreu que este assunto é importante e tem que estar em discussão pelo ProiMTE, com a determinação de existência de canal único para as denúncias tem que ser implementado. Informou que o assunto da sala tem sido tratado no Comitê de Integridade - CEPI e que a AECI está discutindo sobre o Código de Conduta do MTE e que este assunto precisa de transparência.

Em seguida foi passada a palavra ao Secretário da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda (SEMP), Senhor Magno Rogério, que discorreu sobre a estrutura da SEMP, que possui o Departamento de Qualificação de Emprego e Renda, que trata da gestão do SINE e do fomento à inclusão produtiva e programas de crédito direcionado; o Departamento de Qualificação Social e Profissional, que promove ações de qualificação social e profissional; e o Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude, que coordena ações de qualificação do jovem e incentivo ao estágio e à aprendizagem do jovem. Em seguida tratou do Programa Manoel Querino (PMQ) de Qualificação Profissional, que mostra o pensamento da SEMP sobre qualificação profissional, afirmando que Manoel Querino é um emblema da qualificação e pai da antropologia brasileira. Explanou em seguida sobre o objetivo do PMQ, que é fomentar o desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional na perspectiva do trabalho decente, para jovens, trabalhadores e trabalhadoras de forma a contribuir com a formação geral, com a inserção sócio produtiva e a permanência no mundo do trabalho, por meio do acesso ao trabalho, emprego e renda. Informou que o SINE vai fazer 50 anos em 2025 e que possui uma capilaridade gigantesca, por isso é ideal para articulação pela possibilidade de capacitação, que foi ampliada com a participação das Instituições Federais de Ensino (IFES). Esclareceu que o PMQ define os setores estratégicos pelo Governo Federal, para aumentar a empregabilidade, sendo essencial a participação dos Estados nestas capacitações. Que a SEMP tem tido parceria com a SENAES para capacitações. Informou que existem setores que faltam de trabalhadores habilitados, como condutores de veículos e segurança patrimonial. Discorreu sobre as emendas parlamentares e os valores envolvidos. Tratou dos resultados obtidos em 2023 e as entregas em 2024 das parcerias com os estados. Informou que houve mudança quanto aos valores que ficavam sem utilização nos Estados e Municípios, sem prazo para utilização, com a inserção de prazos de execução e a devolução de recursos para realocação em outras áreas. Exemplificou sobre a pactuação de vagas para qualificação nos Entes por Região, dos recursos fundo a fundo, com 52.825 vagas. Informou que foram pactuados 25 projetos com 20 Instituições Federais de Ensino Superior, com investimento de cerca R\$ 118 milhões, com 37.660 vagas ofertadas. Discorreu sobre as principais dificuldades, que são relativas aos limites orçamentários, que traz risco de não atingir a meta de qualificação do PMQ, mas que está melhorando e diminuindo o risco. Citou, como exemplo, a parceria com a UFF para a COP 30 no Pará. Esclareceu que o projeto não está restrito a uma área, mas que pode abranger áreas em diversos estados. Citou também a discussão para projeto mais específico com valores a serem realocados com a UFSM (em Santa Maria), com cursos de qualificação para a reconstrução do Rio Grande do Sul. Esclareceu que o Programa Caminho Digital foi colocado em prática, com o projeto ESCOLA DO TRABALHADOR 4.0. Tratou também sobre Aprendizagem Profissional, com o aumento da quantidade de alunos aprendizes para qualificação, com o maior aumento da qualificação neste Governo, mas que ainda tem que cumprir com mais vagas. Informou que o PROJÓVEM foi retomado, mas com dificuldades em relação a valores por pessoa, que necessita de ajustes na legislação existente. Por fim, falou sobre o Projeto

SINE – Casa do Trabalhador, com a atualização da Carta de Serviços do SINE, que estava defasada. E que em Pernambuco já há uma Casa do Trabalhador e uma Casa da Trabalhadora, que possui tratamentos diferenciados para a mulher poder se qualificar. Apresentou as funcionalidades da Carteira Digital, que inclusive faz divulgação de cursos de qualificação, em que uma quantidade enorme de pessoas se habilita para os cursos. Informou que estão sendo feitas diversas inovações no Sistema do IMO. O Secretário da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), Senhor Luiz Felipe, perguntou por que o Nordeste tem mais vagas pactuadas, o que foi respondido pelo Secretário da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda (SEMP), Senhor Magno Rogério, de que o recurso era entregue para quem tinha feito qualificação no ano anterior e prestado contas, o que teria apenas a Bahia como unidade a receber, mas que foi reajustado para melhor distribuição, ficando 50% para quem executou e 50% para quem se habilitar a executar.

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Cláudio Py, discorreu sobre o ProimMTE, informando sobre o acompanhamento feito pela AECI sobre os riscos de Integridade dos agentes internos do MTE, com 65 controles propostos de Integridade monitorados, dos quais 48 estão em andamento, 15 já concluídos e 2 não iniciados até aquele momento, mostrando por cada área os controles e o monitoramento, com processo no SEI para cada área. Que já iniciou a 3ª fase do ProimMTE, em que já foram realizadas tratativas para agendamento de qualificação e facilitação com as Secretarias do MTE. Avisou que o Código de Conduta do MTE já está sendo tratado, em que se observou boas práticas existentes na Esplanada e que a minuta do Código foi encaminhada para todas as áreas para contribuições, inclusive as Superintendências. Informou que o Sistema AGIR de Gerenciamento de Riscos já está sendo internalizado na DTI, para disponibilização. Por fim, informou sobre o questionário iESGo, do TCU, sobre Governança e que, embora o MTE esteja em reestruturação, cerca de 52 % dos itens do questionário já estão descritos como boas práticas e que as áreas devem estar atentas, pois ainda há um grande número de medidas a serem implementadas para melhorar o nível de maturidade de Governança no MTE, que serão monitorados pela AECI.

Tomando a palavra, o Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Senhor Francisco Macena, sugeriu que, diante das agendas para o período da tarde e em virtude do horário decorrido, a reunião fosse encerrada e marcado novo dia para a finalização desta 2ª Reunião do CGE. O AECI sugeriu apenas que a Ouvidoria fosse ainda ouvida, para que então fosse encerrada a reunião.

Passada a palavra ao Ouvidor, Senhor Paulo Marcello, informou que trazia boas novas quanto à transparência ativa, pois dos 49 itens de transparência objetiva o MTE atingiu 100% de implementação. Que está disponível no site do MTE, em parceria com a DTI, o Painel Gerencial, com as informações da transparência ativa. Explicou que dados são extraídos do FALA BR e estão disponíveis na aba da LAI, onde existem filtros para consultas pelos cidadãos.

A Chefe da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Senhora Anatalina, pedindo a palavra, informou sobre a reunião a ser realizada com os Secretários do MTE para atendimento à Casa Civil sobre o Plano Nacional de Cuidados. Que uma planilha será entregue ao Secretário-Executivo.

O Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Senhor Francisco Macena, sugeriu que deve ser socializado as informações e sempre validado com o Ministro todo e qualquer conteúdo para áreas externas ao MTE, para evitar que o Ministro não tenha informações das ações do MTE e seja cobrado por assuntos que desconheça.

Conforme anteriormente sugerido, a reunião foi encerrada às 17h20, com a necessidade de marcar nova data para a finalização da 2ª Reunião do CGE, e eu Henrique Cesar Sистерolli Kamchen lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

---

**Referência:** Processo nº 19955.200314/2024-35

SEI nº 2823969